

Três falácias da agenda verde¹

Gabriel Brasil²

A narrativa de que o Brasil tem elevado potencial para a economia sustentável não nos serve mais: precisamos celebrar avanços concretos. No entanto, carecemos, primeiro, de qualificar o debate.

Nos últimos anos, governo e setor privado têm explorado - de forma genuína, mas por vezes também oportunista - o já famoso “potencial verde” que o Brasil tem. Seja na interlocução com o mundo, ou mesmo domesticamente, esse é um ativo que temos adorado celebrar, aproveitando que o apetite global para o tema da sustentabilidade nunca foi tão grande.

Ocorre que, como se sabe, potencial não enche a barriga de ninguém. Já passou da hora de a narrativa das potencialidades ser superada pela celebração de avanços concretos: seja no debate político ou no ambiente de negócios, é preciso que viremos a página. Para isso, contudo, parece que três grandes falácias se colocam como obstáculo.

A primeira é de premissa. Há, no Brasil, uma noção generalizada de que já somos uma economia de baixo carbono, e que, portanto, a transição verde não nos cabe como prioridade. Essa percepção se deve, sobretudo, ao entendimento - correto - de que nossa matriz de eletricidade é, de fato, pouco intensiva em emissões, dado que quase 90% da sua geração vem de fontes renováveis. Ocorre que matriz de eletricidade e matriz de energia são coisas diferentes. A segunda, que é a que mais importa, compreende a primeira, mas não apenas: envolve também os setores industriais e de transportes - estes notadamente sujos, do ponto de vista do carbono, seja em São Paulo ou em Manaus.

Nossa dependência por combustíveis fósseis no setor de transportes, por exemplo, é reiterada a cada vez que se celebra a queda de centavos nas bombas de diesel e de gasolina ao redor do país. Ela também é uma das fontes de choques econômicos frequentes: seja porque o petróleo é uma commodity

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/tres-falacias-da-agenda-verde.ghtml>

Acessado em 14.05.2024

² Mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo

volátil, dada sua saliência geopolítica - impactando diretamente nossa teimosa inflação - ou porque afeta diretamente grupos com elevada capacidade de disrupção operacional e política, como os sindicatos dos caminhoneiros ou, num sentido mais amplo, a classe média.

Essa falácia, além de atrasar o debate acerca de soluções, é também frequentemente instrumentalizada por aqueles que, embora bem-informados, não têm muito interesse em transformar o status quo. É o caso, por exemplo, de montadoras de veículos, que, em parceria com o governo federal, têm perpetuado barreiras para o acesso dos brasileiros a carros elétricos importados, garantindo o nosso direito aparentemente inalienável de adquirir modelos mais poluentes do que aqueles mais modernos vendidos lá fora.

A segunda falácia tem a ver com a primeira, e envolve a percepção de que a agenda verde é estritamente uma agenda energética. É verdade que o setor de energia é responsável pela maior parte das emissões da maioria dos países (cerca de 75% do total), mas, para o caso brasileiro, há outras frentes de elevada relevância que precisam ser exploradas. A principal delas é o desmatamento, cujo cenário, felizmente, voltou a melhorar com o retorno da ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, Marina Silva. Isso não é suficiente, porém.

O tema da transição energética, muito importante, tem se tornado bastante mais palatável entre investidores e governos nos últimos anos - inclusive porque é menos complexo, do ponto de vista do retorno financeiro, do que a descarbonização mais ampla da economia. Ocorre que um foco demasiado nele não nos atende, e essa agenda precisa envolver outros setores. Por exemplo, a agricultura e a produção de proteína animal - que são centrais na nossa matriz de exportação - carecem de avanços significativos, mas não há evidências de que isso tem sido uma prioridade, em termos concretos, para atores importantes (públicos e privados) envolvidos em tais setores.

Finalmente, a terceira falácia resulta de uma visão que parece anticolonialista, mas na verdade é apenas míope e pouco pragmática. Na condição de país emergente, o Brasil não é um dos maiores responsáveis, historicamente, pelo estoque de CO₂ já acumulado na atmosfera. Como reconhecido pela comunidade científica, trata-se de responsabilidade principal dos países industriais, que há dois séculos poluem em níveis significativamente maiores do que aqueles praticados por países em desenvolvimento. A falácia que oriunda disso é a percepção de que, se o Brasil não é um dos maiores culpados, também não deve ser um dos maiores proponentes das soluções.

Ocorre que a agenda verde é, além de um enorme desafio, uma gigantesca oportunidade. Faz sentido, sim, que o Brasil atue diplomaticamente para buscar o compromisso dos países ricos no financiamento de uma transição justa globalmente. Mas faz sentido, também, que o país abrace paralelamente uma visão muito mais ambiciosa do que aquela que tem abraçado, reconhecendo, de

forma pragmática, que investir na descarbonização é investir no que há de mais promissor na economia global da próxima década.

De acordo com o FMI, os investimentos de baixo carbono precisam atingir US\$ 5 trilhões até 2030 para que o planeta mantenha viva a meta de atingirmos a neutralidade de emissões em 2050. Seja por estratégia ou por desespero, é provável que haverá dinheiro para esta agenda - é melhor que ele seja bem aproveitado pelo Brasil, e que isso ocorra o quanto antes. Aliás, abraçar essa agenda domesticamente tende a aumentar a legitimidade de quaisquer demandas que o país faça internacionalmente, constituindo uma combinação virtuosa de longo prazo.

A economia brasileira tem desafios que se complementam. Sejam eles estruturais, como a questão fiscal e a da produtividade, ou conjunturais, como a incerteza monetária global e seus impactos nas nossas taxas de juros. A nossa situação social delicada, que é um pano de fundo permanente do debate político do país, faz com que tudo isso pareça complicado o suficiente para que o Brasil não abrace agendas que, pela superfície, parecem agendas de países desenvolvidos. Ocorre que, na mesma medida em que esses desafios tornam uns aos outros mais complexos, eles também podem se beneficiar de soluções abrangentes e simultâneas.

Há, afinal, boas evidências de que a implementação de agendas verdes bem embasadas tem a capacidade de endereçar não apenas a crise climática, mas também outros desafios no processo, como a desigualdade e o crescimento. É preciso, porém, que ela seja tratada com seriedade, o que não tem sido o caso no Brasil.

Não há, no entanto, soluções fáceis. É por isso que o debate precisa ser qualificado. Um bom começo seria nos livrarmos das falácias que nos atrapalham.